

TUP PORTO SÃO LUÍS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024

TUP PORTO SÃO LUÍS S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho de Administração e Diretores da  
TUP Porto São Luís S.A.  
Belém - PA

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da TUP Porto São Luís S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TUP Porto São Luís S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve a significativa dependência financeira da Companhia em relação ao seu acionista principal, (COSAN S.A.). Essa dependência financeira pode impactar significativamente a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

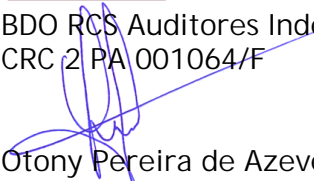


Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belém, 21 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 PA 001064/F

  
Ottony Pereira de Azevedo  
Contador CRC 1 RS 089761/O-3 T - PA

# TUP PORTO SÃO LUIS S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| Ativo                         |      |                |                | Passivo e patrimônio líquido                 |      |                |                |
|-------------------------------|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
|                               | Nota | 2024           | 2023           |  | Nota | 2024           | 2023           |
| <b>Circulante</b>             |      |                |                | <b>Circulante</b>                            |      |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5    | 10.650         | 48.231         | Fornecedores                                 | 8    | 3.074          | 17.248         |
| Adiantamentos diversos        |      | 21             | 5              | Partes relacionadas                          | 13   | 1.022          | 3.633          |
| Impostos a recuperar          | 6    | 979            | 3.030          | Impostos e Contribuições a Recolher          |      | 144            | 261            |
|                               |      | 11.650         | 51.266         | Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias    | 9    | 915            | 1.828          |
|                               |      |                |                | Outras contas a pagar                        |      | 84             | 84             |
|                               |      |                |                |  |      | 5.238          | 23.053         |
| <b>Não circulante</b>         |      |                |                | <b>Não circulante</b>                        |      |                |                |
| Realizável a longo prazo      |      |                |                | Provisão para contingências                  | 16   | -              | -              |
| Depósitos Judiciais           | 17   | 901            | 10             | Tributos parcelados e outros débitos         |      | 76             | 111            |
| Outros                        |      | -              | 20             | Impostos diferidos                           | 10   | 66.606         | 66.606         |
| Imobilizado                   | 7    | 440.614        | 415.945        |  |      | 66.682         | 66.718         |
| Intangível                    |      | -              | 5              |  |      |                |                |
|                               |      | 441.515        | 415.980        |  |      |                |                |
|                               |      |                |                | <b>Patrimônio líquido</b>                    |      |                |                |
|                               |      |                |                | Capital social                               | 11.a | 277.029        | 263.252        |
|                               |      |                |                | Reservas de lucros a realizar                | 11.b | 104.216        | 114.224        |
|                               |      |                |                |  |      | 381.245        | 377.476        |
|                               |      |                |                |  |      |                |                |
| <b>Total do ativo</b>         |      | <b>453.165</b> | <b>467.246</b> | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | <b>453.165</b> | <b>467.246</b> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TUP PORTO SÃO LUIS S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

|  | Nota | 2024     | 2023     |
|--|------|----------|----------|
| Despesas operacionais  |      |          |          |
| Despesas Administrativas                                     | 12   | (10.497) | (12.732) |
| Outras despesas operacionais                                 |      | (1.359)  | (2.727)  |
| Comerciais   |      | (586)    | (697)    |
| Prejuízos operacionais                                       |      | (12.443) | (16.156) |
| Resultado financeiro   | 15   | 2.435    | 7.403    |
| Prejuízos antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social |      | (10.008) | (8.753)  |
| Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos  |      | -        | (107)    |
| Prejuízo do exercício  |      | (10.008) | (8.860)  |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**D4Sign** 2b51b341-afec-494a-b287-e2f0b19ebd42 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
**Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.**

# TUP PORTO SÃO LUIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

|  | 2024     | 2023    |
|--|----------|---------|
| Prejuízo do exercício                      | (10.008) | (8.860) |
| Outros componentes do resultado abrangente | -        | -       |
| Resultado abrangente do exercício          | (10.008) | (8.860) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**D4Sign** 2b51b341-afec-494a-b287-e2f0b19ebd42 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
**Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.**

TUP PORTO SÃO LUIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

|  | Capital social    |                        | Reservas de Lucros |                    |                   | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|-------------------|------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------------------|-----------------------------|
|  | Capital subscrito | Capital à integralizar | Legal              | Retenção de lucros | Lucros a realizar |                      |                             |
| Saldos em 1º de Janeiro de 2022                            | 263.252           | -                      | 2.975              | 118.011            | 2.098             | -                    | 386.336                     |
| Integralização de Capital                                  | -                 | -                      | -                  | -                  | -                 | -                    | -                           |
| Prejuízo do exercício                                      | -                 | -                      | -                  | -                  | -                 | (8.860)              | (8.860)                     |
| Utilização de reserva para absorção do prejuízo            | -                 | -                      | -                  | (8.860)            | -                 | 8.860                | -                           |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023                           | 263.252           | -                      | 2.975              | 109.151            | 2.098             | -                    | 377.476                     |
| Integralização de capital                                  | 20.000            | (6.223)                | -                  | -                  | -                 | -                    | 13.777                      |
| Prejuízo do exercício                                      | -                 | -                      | -                  | -                  | -                 | (10.008)             | 10.008                      |
| Transferência de lucros a realizar para retenção de lucros | -                 | -                      | -                  | 2.098              | (2.098)           | -                    | -                           |
| Utilização de reserva para absorção do prejuízo            | -                 | -                      | -                  | (10.008)           | -                 | 10.008               | -                           |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024                           | 283.252           | (6.223)                | 2.975              | 101.241            | -                 | -                    | 381.245                     |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**D4Sign** 2b51b341-afec-494a-b287-e2f0b19ebd42 - Para confirmar as assinaturas acesse  
<https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
**Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.**

# TUP PORTO SÃO LUIS S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

|  | Notas<br>explicativas | 2024     | 2023     |
|--|-----------------------|----------|----------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais                        |                       |          |          |
| Prejuízo do exercício antes dos impostos                           |                       | (10.008) | (8.753)  |
| Ajustes por:   |                       |          |          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                   |                       | -        | (107)    |
| Depreciação e amortização  |                       | 67       | 257      |
| Juros sobre tributos parcelados                                    | 16                    | 8        | -        |
| Recebimento de Juros   |                       | (476)    | -        |
|  |                       | (10.409) | (8.603)  |
| Variações nos ativos e passivos                                    |                       |          |          |
| Aumento/(redução) dos ativos                                       |                       |          |          |
| Adiantamentos diversos   |                       | 3        | 4        |
| Depósito judicial  |                       | -        | -        |
| Impostos a recuperar   |                       | 2.527    | 26       |
| Outros   | 6                     | (891)    | (18)     |
| Aumento/(redução) dos passivos                                     |                       |          |          |
| Fornecedores   | 8                     | (14.174) | 16.655   |
| Partes relacionadas  | 13                    | 3.167    | 5.378    |
| Impostos e contribuições a recolher                                |                       | (117)    | 198      |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias                          | 9                     | (913)    | (1.811)  |
| Tributos parcelados  |                       | (44)     | (21)     |
| Outras contas a pagar  |                       | -        | (156)    |
| Caixa líquido usado nas atividades operacionais                    |                       | (20.851) | 11.651   |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos                    |                       |          |          |
| Aquisição de imobilizado   | 7                     | (24.730) | (33.709) |
| Aquisição de intangível  |                       | -        | (66)     |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos                |                       | (24.730) | (33.775) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos                    |                       |          |          |
| Aumento de capital   | 11                    | 8.000    | -        |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos         |                       | 8.000    | -        |
| Redução do caixa e equivalentes de caixa                           |                       | (37.581) | (22.125) |
| Demonstração da (redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa |                       |          |          |
| No início do exercício   |                       | 48.231   | 70.356   |
| No final do exercício  | 5                     | 10.650   | 48.231   |
| Redução do caixa e equivalentes de caixa                           |                       | 37.581   | 22.125   |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**D4Sign** 2b51b341-afec-494a-b287-e2f0b19ebd42 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
**Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.**

## 1. Contexto operacional

A Companhia TUP Porto São Luís S.A. (“Companhia”) é uma empresa privada constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório é: Rua Surubim, 577, 12º andar, conjuntos 123 e 124, no município de São Paulo - SP e com filial em São Luís - MA.

A Companhia está envolvida primariamente na construção do Porto São Luís. Esse projeto destina-se a implantação de um terminal de uso privado, visando a movimentação, entre importação e exportação, de cargas gerais e minério ferro. No momento a Companhia se encontra apta a iniciar a fase de implantação de projeto, com expectativa de iniciar operação em 2030. Até o início das suas operações a Companhia depende financeiramente de aportes de sua acionista para manter a sua capacidade de continuidade operacional, conforme mencionado na NE nº 11 - Capital social.

A Companhia tem seu exercício social iniciado em 1º de janeiro e finalizado em 31 de dezembro.

### Dados do projeto

Licenças: LI 1112050/2024 e LP 188210/2023, emitidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) do Estado do Maranhão, que autorizam, respectivamente, a instalação de atividade de terminal portuário e atestam a viabilidade da área de acesso ao empreendimento; e Contrato de Adesão nº 01/2016 - SEP/PR, e seu Primeiro Termo Aditivo celebrado com o Ministério da Infraestrutura Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SEP), que autoriza a exploração da instalação portuária do Porto pela Companhia.

Compromissos assumidos: Foram assumidos compromissos em 2016 e aditados em 2021 junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e à Secretária de Portos (SEP), relativos à entrada em operação do Porto. Junto ao Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC), foram assumidos um conjunto de compromissos os quais foram atrelados à Licença de Instalação como condicionantes. Em 2018, a Companhia promoveu a contratação de alguns fornecedores para início da implantação do projeto. Em junho de 2019, a Companhia celebrou junto à parte relacionada, Rota Nordeste EPC Associados Engenharia SPE Ltda., contrato de construção sob a modalidade de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), bem como iniciou atividades preliminares ao Contrato EPC. No ano de 2020 e 2021, foram realizadas apenas atividades de manutenção no canteiro de obra. Em 2021, foi formalizado o termo de encerramento do contrato com a Rota Nordeste EPC Associados Engenharia SPE Ltda. Ainda em 2021, os acionistas celebraram com a Cosan S.A., através da empresa Atlântico Participações Ltda., sua subsidiária, o acordo de compra e venda de 100% das ações da Companhia, sendo executada a venda de 49% das ações dos minoritários em outubro de 2021 e o restante em 2022. Em 11 de fevereiro de 2022, a empresa Atlântico Participações Ltda., subsidiária integral da Cosan S.A., adquiriu da São Luís Port Company o restante da participação de 51%. Passando, assim, a deter 100% das ações da Companhia. Em 2023, o acionista alterou a classificação do Porto São Luis de “ativo mantido para investimento” para “ativo mantido para venda.”

Em 2024 a Atlantico Participações Ltda, foi descontinuada passando assim a empresa Cosan S.A deter 100% das ações da Companhia. Ainda em 2024 a Companhia renovou a Licença de Instalação da retroárea n. 1112050/2024, permanecendo vigente a Licença Prévia n. 188210/2023 do acesso rodoferroviário até a emissão da Licença de Instalação do acesso rodoferroviário. Também em 2024 a Companhia cumpriu com a obrigação de construção e entrega de 10 (dez) casas de reassentamento, conforme acordos firmados com superficiários reassentados e concluiu a construção das novas instalações da escola e creche UEB Manuela Varela.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou "IFRS", emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2. Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2025.

### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

### 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 07: Depreciação do imobilizado;
- Nota explicativa nº 11: Provisão para tributos diferidos;
- Nota explicativa nº 17: Provisão de contingências.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

### a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### b) Ativo Imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e à construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil deste, são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O terreno foi adquirido em agosto de 2014, na cidade de São Luís, Maranhão, inicialmente classificado como "propriedade para investimento". Em 20 de dezembro de 2017, o grupo chinês CCCC, através da CCCC South America Regional Company S.À.R.L e através da São Luís Port Company S.À.R.L, passou a fazer parte do quadro societário da Companhia na época, e dividiu o controle com as demais acionistas minoritárias. Na mesma data, a Companhia transferiu seu ativo de "propriedade para investimento" para "imobilizado", em virtude da sua alteração de uso do projeto para operação de gestão de portos que se tornou evidente com a entrada do ex-acionista chinês. Os planos do acionista atual permanecem inalterados.

#### Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados pela Administração, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

| Descrição                | Anos |
|--------------------------|------|
| Benfeitorias             | 5    |
| Móveis e utensílios      | 10   |
| Equipamentos eletrônicos | 5    |
| Veículos                 | 5    |

#### c) Ativo Intangível

##### Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vida útil definida, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

#### Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada da licença de software é de cinco anos.

#### d) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

##### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

##### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo possui *impairment*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas-chaves consideradas estão relacionadas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista mais. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e) Capital Social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, quando aplicável.

f) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, essencialmente, os juros provenientes de aplicações financeiras. Estes juros são gerados a partir de investimentos de curto prazo, como aplicações financeiras que remuneram o capital investido.

As despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros sobre passivos financeiros.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos em vigor na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças de ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para: diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

#### h) Instrumentos financeiros

##### Reconhecimento e mensuração inicial

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

## Classificação e mensuração subsequente

### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio de venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados, mas não pagos, são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

#### a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;

- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.  
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- f) Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

#### 4. Gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia adota uma política de gerenciamento dos seus riscos, que considera a adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real.

##### (i) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, e custos de construção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas, a Companhia possui operações em Real (R\$) indexada à taxa de juros - CDI.

##### (ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com os seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

##### (iii) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração, que desenvolve padrões para administrar os riscos.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

|                        | 2024          | 2023          |
|------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e bancos         | 14            | 13            |
| Aplicações financeiras | 16.636        | 48.218        |
|                        | <u>16.650</u> | <u>48.231</u> |

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimentos, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, representadas por aplicações financeiras em CDBs de instituições financeiras de primeira linha.

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100% até 103% do CDI, equivalente a 102,21% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2024 (101,75% até 103% do CDI, equivalente a 101,53% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2023).

## 6. Impostos a recuperar

|                              | 2024       | 2023         |
|------------------------------|------------|--------------|
| IRRF s/ aplicação financeira | 8.065      | 6.632        |
| (-) Tributos compensados (i) | (7.096)    | (3.607)      |
|                              | 969        | 3.024        |
| Outros créditos              | 10         | 6            |
|                              | <u>979</u> | <u>3.030</u> |

(i) A Companhia utilizou créditos fiscais em 2024 no montante de R\$ 3.490, sendo R\$ 321 para recolhimento de PIS, CSLL e Cofins (PCC), PIS/PASEP e COFINS, e R\$ 3.169 através de pedido de restituição junto à Receita Federal, gerando uma atualização monetária de R\$ 476

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Imobilizado

|                                     | Terrenos<br>(a) | Máquinas e<br>Equipamentos | Equipamentos<br>eletrônicos | Móveis e<br>utensílios | Benfeitorias | Imobilizado<br>em<br>construção<br>(b) | Total   |
|-------------------------------------|-----------------|----------------------------|-----------------------------|------------------------|--------------|--|---------|
| Saldos em 31 de<br>dezembro de 2022 | 230.568         | -                          | 38                          | 234                    | 67           | 151.329                                | 382.236 |
| Adições                             | -               | -                          | 26                          | -                      | -            | 33.749                                 | 33.775  |
| Depreciação no<br>exercício         | -               | -                          | (20)                        | (28)                   | (18)         | -                                      | (66)    |
| Saldos em 31 de<br>dezembro de 2023 | 230.568         | -                          | 44                          | 206                    | 49           | 185.078                                | 415.945 |
| Adições                             | -               | 4                          | 6                           | -                      | -            | 24.720                                 | 24.730  |
| Depreciação no<br>exercício         | -               | -                          | (15)                        | (28)                   | (18)         | -                                      | (61)    |
| Saldos em 31 de<br>dezembro de 2024 | 230.568         | 4                          | 35                          | 178                    | 31           | 209.798                                | 440.614 |

- (a) O imóvel foi adquirido em agosto de 2014 e está localizado na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, registrado sobre a matrícula de nº 50.224, com 2.000.000,95 m<sup>2</sup>. Em 2017, a Companhia contratou avaliadores independentes para avaliação imobiliária do seu ativo e registrou o valor justo do terreno naquela data no montante de R\$ 219.549. A metodologia utilizada para a avaliação da propriedade foi o método comparativo direto de dados de mercado que permite obter o valor de venda através da comparação de dados referentes a outros imóveis semelhantes situados na mesma região geoeconômica. Desde dezembro de 2017 o ativo foi transferido de “propriedade para investimentos” para “imobilizado” devido a sua alteração de uso para operação de gestão de portos. A formalização da ata de deliberação para a transferência desse ativo de “propriedade para investimento” para “Imobilizado” foi documentada e aprovada pela Administração em 29 de dezembro de 2017 e embasada contabilmente pelo pronunciamento contábil CPC 28, item 60;
- (b) As adições referem-se aos custos para desenvolvimento do projeto no montante de R\$ 24.720, (R\$ 33.749 em 2023) dos quais são inerentes a aquisições de materiais para as obras em andamento.

## 8. Fornecedores

|                                      | 2024         | 2023          |
|--------------------------------------|--------------|---------------|
| Retenção contratual de fornecedores  | 18           | 201           |
| Fornecedores de serviços a pagar (i) | 401          | 1.745         |
| Superficiários (ii)                  | 2.632        | 14.831        |
| Demais fornecedores                  | 23           | 471           |
|                                      | <u>3.074</u> | <u>17.248</u> |

- (i) A variação entre os exercícios decorre principalmente a finalização dos investimentos no Projeto Cidade Nova (obra de contrapartida referente à construção de escola, creche e 10 casas);
- (ii) Provisão de acordos realizados com superficiários em contrapartida do imobilizado em andamento.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

|   | 2024       | 2023         |
|---|------------|--------------|
| Provisões e encargos sobre Folha de Pagamento | 264        | 680          |
| Provisão com PPR (i)                          | 651        | 1.148        |
|   | <u>915</u> | <u>1.828</u> |

- (i) Devido ao Porto São Luís ainda não ser operacional, há incentivo de bonificações inerentes as metas ligadas a saving nas despesas e entregas operacionais (milestone de licenciamento, engenharia, etapas do projeto e etc). A principal variação foi em decorrência da redução do quadro de colaboradores em 2024.

## 10. Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm as seguintes origens:

|   | 2023            | Reconhecido<br>no resultado | 2024/2023        |                             |                               |
|---|-----------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|-------------------------------|
|   |                 |                             | Valor<br>Líquido | Ativo<br>fiscal<br>diferido | Passivo<br>fiscal<br>diferido |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa (a) | 8.040           | -                           | 8.040            | -                           | 8.040                         |
| Valor justo sobre terreno (b)                           | <u>(74.646)</u> | -                           | <u>(74.646)</u>  | -                           | <u>(74.646)</u>               |
| Impostos ativos (passivos) antes da compensação         | (66.606)        | -                           | (66.606)         | -                           | (66.606)                      |
| Imposto líquido ativo (passivo)                         | <u>(66.606)</u> | <u>-</u>                    | <u>(66.606)</u>  | <u>-</u>                    | <u>(66.606)</u>               |

- (a) A Companhia registrou o total do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no total de R\$ 66.606 e estima a recuperar nos próximos anos, quando a Companhia se tornar operacional. A partir de 2022 a empresa optou por não registrar novos diferidos, decidindo por fazê-lo no avanço das obras de construção. O saldo total do ativo fiscal diferido é limitado a 30% ao ano do montante do passivo fiscal diferido contabilizado;
- (b) Os tributos diferidos passivos são decorrentes da contabilização do valor justo do terreno da Companhia registrado na rubrica do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017. Desde a constituição do diferido não houve mudanças nas alíquotas ou na legislação fiscal, reconsideração da possibilidade de recuperação do ativo fiscal diferido e nem mudança na maneira pela qual se espera recuperar um ativo.

## 11. Patrimônio Líquido

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$ 283.252 dividido em 44.895.765 ações (Capital Social R\$ 263.252 e dividido em 42.635.878 ações em 2023).

| Acionistas                   | 2024              |            |                    | Movimentação | 2023              |            |
|------------------------------|-------------------|------------|--------------------|--------------|-------------------|------------|
|                              | Número de ações   | %          | Aumento de Capital |              | Número de ações   | %          |
| Atlântico Participações Ltda | -                 | -          | -                  | (42.635.878) | 42.635.878        | 100        |
| Cosan S.A.                   | 44.895.765        | 100        | 2.259.887          | 42.635.878   | -                 | -          |
|                              | <u>44.895.765</u> | <u>100</u> | <u>2.259.887</u>   | <u>-</u>     | <u>42.635.878</u> | <u>100</u> |

Em 2024 a Atlantico foi descontinuada, passando a empresa Cosan a possuir 100% das ações da Companhia. Ainda em 2024 foi aprovado em Assembleia o aumento de capital de R\$ 20.000, passando a constituir um capital de R\$ 283.252 sendo dividido em 44.895.765 ações ordinárias, sendo desses R\$ 5.777 integralizados através de partes relacionadas da empresa, R\$ 8.000 em espécie e o valor de R\$ 6.223 permanecendo em capital social a integralizar de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.

## b) Destinação do resultado e reservas

Os lucros apurados no exercício terão a aplicação das seguintes regras, conforme estatuto social da Companhia:

## Dividendos mínimos obrigatórios

Distribuição do lucro líquido do exercício, da seguinte forma; a) 5% para constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% do capital social; e b) 25% do saldo será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apurou prejuízo.

## Reserva de retenção de lucros

Constituída em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.44/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentou prejuízo.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Reserva de lucros a realizar

Constituída em razão do montante do lucro a realizar em 2019 ter ultrapassado o dividendo mínimo obrigatório. A parcela excedente foi destinada à reserva de lucros a realizar na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de julho de 2020.

## 12. Despesas administrativas

|  | 2024          | 2023          |
|--|---------------|---------------|
| Despesas administrativas                                 |               |               |
| Despesas com pessoal (a)                                 | 4.627         | 8.508         |
| Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria (b) | 3.624         | 1.969         |
| Serviços   | 1.146         | 1.001         |
| Manutenção de software                                   | 544           | 632           |
| Aluguéis, condomínios                                    | 556           | 622           |
|  | <u>10.497</u> | <u>12.732</u> |

## 13. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem do repasse de despesas de profissionais do Grupo alocado no projeto.

|                       | Transações 2024                 |             | Saldos 2024                   |
|-----------------------|---------------------------------|-------------|-------------------------------|
|                       | Despesas com serviços prestados | Imobilizado | Passivo                       |
|                       |                                 |             | Fornecedores e contas a pagar |
| Cosan S.A.            | 3.743                           | -           | 964                           |
| Rumo Malha Norte S.A. | 259                             | -           | 58                            |
|                       | <u>4.002</u>                    |             | <u>1.022</u>                  |
|                       |                                 |             |                               |
|                       | Transações 2023                 |             | Passivo                       |
|                       | Despesas com serviços prestados | Imobilizado | Fornecedores e contas a pagar |
| Cosan S.A.            | 4.067                           | -           | 2.998                         |
| Rumo Malha Norte S.A. | 457                             | -           | 635                           |
|                       | <u>4.524</u>                    | <u>-</u>    | <u>3.633</u>                  |

## 14. Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a remuneração da Diretoria e do Conselho da Administração, no montante de R\$ 3.624 (R\$ 2.275 em 31 de dezembro de 2023). Não existem empréstimos para pessoas-chave da Administração.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Resultado financeiro

|   | <u>2024</u>  | <u>2023</u>  |
|---|--------------|--------------|
| Receitas financeiras                      |              |              |
| Rendimento de aplicações Financeiras      | 1.970        | 7.146        |
| Outras receitas                           | 482          | 314          |
|   | <u>2.452</u> | <u>7.460</u> |
| Despesas financeiras                      |              |              |
| Juros e multa pagos a fornecedores        | (5)          | (5)          |
| Despesas bancárias                        | (2)          | (2)          |
| Juros e multa sobre pagamento de impostos | (10)         | (50)         |
|   | <u>(17)</u>  | <u>(57)</u>  |
| Resultado financeiro                      | <u>2.435</u> | <u>7.403</u> |

## 16. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, porém fecha 2024 sem qualquer perspectiva de perda provável.

|        | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--------|-------------|-------------|
| Cíveis | -           | -           |
| Total  | <u>-</u>    | <u>-</u>    |

A movimentação de contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

|                                  |            |
|----------------------------------|------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | <u>144</u> |
| Baixa                            | (144)      |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | <u>-</u>   |
| Baixa                            | -          |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | <u>-</u>   |

A Companhia possui outros processos judiciais e administrativos de natureza cíveis e trabalhistas, contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, com valores de causa nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

|                        | <u>2024</u>   | <u>2023</u>   |
|------------------------|---------------|---------------|
| Cíveis e ambiental (a) | 84.229        | 57.658        |
| Trabalhistas           | 3.606         | 3.522         |
| Total                  | <u>87.835</u> | <u>61.180</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Principais processos versam sobre questões de cunho fundiário e ambiental. A principal variação nos valores de 2024 são decorrentes da atualização monetária (desde o início do processo) divulgada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão da ação indenizatória n. 0848121-09.2019.8.10.0001, proposta em 2019, com valor original de R\$ 37.158, cujo valor atualizado até dezembro de 2024 foi de R\$ 69.683.

17. Depósito Judicial

|                         | 2024 | 2023 |
|-------------------------|------|------|
| Depósitos Judiciais (a) | 901  | 10   |
| Total                   | 901  | 10   |

- (a) Por conta dos acordos firmados e valores pagos no processo 0819983-61.2021.8.10.001, o valor de R\$ 896 referentes aos depósitos judiciais ficarão à disposição para resgate pela Companhia, após a finalização do processo no Tribunal.

18. Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém operações com certos instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A exposição na qual a Companhia está exposta para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez;
- (c) Risco de mercado;
- (d) Risco operacional;
- (e) Risco de capital;
- (f) Risco Ambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

|                            | Nota | 2024   | 2023   |
|----------------------------|------|--------|--------|
| Caixa e bancos             | 5    | 14     | 13     |
| Aplicações financeiras (a) | 5    | 10.636 | 48.218 |

(a) Aplicações financeiras:

A Companhia centraliza suas operações com as instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco e em papéis de alta liquidez.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A política da Companhia, tem por objetivo garantir a liquidez dos investimentos aplicados em bancos de primeira linha e, para cumprir com suas obrigações vincendas, visando mitigar o risco.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

|                                      | Valor<br>contábil | Três meses<br>ou menos |
|--------------------------------------|-------------------|------------------------|
| 31 de dezembro de 2024:              |                   |                        |
| Passivos financeiros não derivativos |                   |                        |
| Fornecedores                         | 3.074             | 393                    |
| Outras contas a pagar                | 84                | -                      |
| Partes relacionadas                  | 1.022             | -                      |
|                                      | <u>4.180</u>      | <u>393</u>             |
| 31 de dezembro de 2023:              |                   |                        |
| Passivos financeiros não derivativos |                   |                        |
| Fornecedores                         | 17.248            | 18.885                 |
| Outras contas a pagar                | 84                | -                      |
| Partes relacionadas                  | 3.633             | -                      |
|                                      | <u>20.965</u>     | <u>18.885</u>          |

## Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

|                               | 2024          | 2023          |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Instrumentos de taxa variável |               |               |
| Ativos financeiros            | 10.636        | 48.218        |
|                               | <u>10.636</u> | <u>48.218</u> |

## Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

## Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Operação                                 | Risco   | Vencimentos até | Exposição em R\$ (c) | Efeito em R\$ no resultado |               |               |
|--|---------|-----------------|----------------------|----------------------------|---------------|---------------|
|  |         |                 |                      | Cenário provável           | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| Aplicações financeiras                   | CDI (b) |                 | 10.636               | 1.292                      | 969           | 646           |
| Total do efeito de ganho ou (perda)      |         |                 |                      | 1.292                      | 969           | 646           |
| As taxas de juros consideradas foram (a) |         | CDI (b)         |                      | 12,15%                     | 9,11%         | 6,08%         |

(a) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo e estão apresentadas como taxas de juros anuais (12 meses):

No item (b) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (b) Refere-se à taxa de 31 de dezembro de 2024, divulgada pela B3;  
(c) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

### Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e, conseqüentemente, reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

### Risco Ambiental

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações do país (Brasil) em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras aplicáveis, de modo a mitigar riscos operacionais vinculados a embargos, ajuizamento e outros.

### Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.



## 19. Eventos subsequentes

Em 2024 venceu o MoU entre Cosan e MSP relacionado ao projeto Ligga. As partes optaram por não renovar o acordo. Dessa maneira, em 2025 foi iniciado um processo de transição para separação formal do PSL do projeto Ligga. Por conta disso, houve a nomeação de um novo CEO pela Cosan em janeiro de 2025. No que tange a estratégia do Porto São Luis, essa separação formal abre a oportunidade para explorar de forma mais ampla o potencial de outras cargas (além do minério).

giovanni.detomini@ligga.com.br

Assinado



*Giovanni Detomini*

D4Sign

---

Giovanni Detomini  
Diretor Financeiro

solange.gonzaga@ligga.com.br

Assinado



*Solange Gonzaga dos Santos*

D4Sign

---

Solange Gonzaga  
CRC 1SP 297199/O-2  
CPF: 341.916.198-02

0722-25 Relatório do Auditor DF TPSL 2024- Rev OA v6 pdf  
Código do documento 2b51b341-afec-494a-b287-e2f0b19ebd42



## Assinaturas



Giovanni Detomini  
giovanni.detomini@ligga.com.br  
Assinou

*Giovanni Detomini*



Solange Gonzaga dos Santos  
solange.gonzaga@ligga.com.br  
Assinou

*Solange Gonzaga dos Santos*



Guilherme Penin Santos de Lima  
guilherme.penin@cosan.com  
Assinou

*GP*

## Eventos do documento

### 24 Mar 2025, 12:53:07

Documento 2b51b341-afec-494a-b287-e2f0b19ebd42 **criado** por LUZIA GRAZIELE NUNES DO NASCIMENTO (f1732bec-35a2-4fc9-9d05-2995c765631e). Email:luzia.nascimento@ligga.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-03-24T09:53:07-03:00

### 24 Mar 2025, 12:53:12

LUZIA GRAZIELE NUNES DO NASCIMENTO (f1732bec-35a2-4fc9-9d05-2995c765631e). Email: luzia.nascimento@ligga.com.br. **REMOVEU** o signatário **signatario\_posicao\_2xad44322xsdxxcadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br** - DATE\_ATOM: 2025-03-24T09:53:12-03:00

### 24 Mar 2025, 13:00:11

Assinaturas **iniciadas** por LUZIA GRAZIELE NUNES DO NASCIMENTO (f1732bec-35a2-4fc9-9d05-2995c765631e). Email: luzia.nascimento@ligga.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-03-24T10:00:11-03:00

### 24 Mar 2025, 14:22:11

SOLANGE GONZAGA DOS SANTOS **Assinou** - Email: solange.gonzaga@ligga.com.br - IP: 179.191.117.30 (mvx-179-191-117-30.mundivox.com porta: 38342) - Documento de identificação informado: 341.916.198-02 - DATE\_ATOM: 2025-03-24T11:22:11-03:00

### 24 Mar 2025, 14:31:02

GIOVANNI DETOMINI **Assinou** (93477047-6371-4c78-9705-de7c56c18d0c) - Email: giovanni.detomini@ligga.com.br - IP: 179.191.117.30 (mvx-179-191-117-30.mundivox.com porta: 2974) -

---

Geolocalização: -23.6200923 -46.7055621 - Documento de identificação informado: 326.903.738-40 - DATE\_ATOM:  
2025-03-24T11:31:02-03:00

**11 Apr 2025, 20:58:10**

GUILHERME PENIN SANTOS DE LIMA **Assinou** - Email: guilherme.penin@cosan.com - IP: 67.159.228.222  
(67.159.228.222 porta: 52000) - Documento de identificação informado: 320.480.908-00 - DATE\_ATOM:  
2025-04-11T17:58:10-03:00

---

Hash do documento original

(SHA256):216179dcc5cbac739beeacafe21cbf3fa25584991f698dfa6b6391cf76aa032c

(SHA512):05b50d0248e243b33b3ca04d7f7260730b4458808a40237d788afa0ec9d6a3b9b1304681d6826638de6dcf2cd6a71f13dc34fbd6deedacc9b5772497b320a4f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



---

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

---